

**O receituário empresarial para a educação em Mato Grosso:
avaliação e qualidade, *accountability* e premiação como “almas” do negócio**

*The business prescription for education in Mato Grosso:
evaluation and quality, accountability and awards as the “souls” of the business*

*El recetario empresarial para la educación en Mato Grosso:
evaluación y calidad, accountability y premiación como “almas” del negocio*

Marilda de Oliveira Costa¹
Universidade do Estado de Mato Grosso

Samára Assunção Valles Jorge²
Universidade do Estado de Mato Grosso

Elda Vasni Tavares Câmara³
Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo: O texto é parte de pesquisa em andamento e aborda a temática “reformas empresariais da educação”, destacando a centralidade da avaliação em larga escala como sinônimo de qualidade e a urgência na definição e adoção institucional de um conceito de qualidade social e negociada da educação, em detrimento de qualidade como sinônimo de bons resultados nos testes. Salientam-se a hegemonia das avaliações, as ações de *accountability* e as premiações de escolas, estudantes e professores em uma rede estadual de ensino. De abordagem qualitativa, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental cujos dados foram coletados em *sites* oficiais do estado de Mato Grosso. Os resultados apontam que as reformas empresariais da educação, influenciadas por preceitos neoliberais, neotecnicistas e autoritários, se constituem em fortes amarras normativas e institucionais que imobilizam sujeitos coletivos e inviabilizam ações e proposições de cunho democrático e progressista como contraponto ao projeto hegemônico do capital em curso na educação.

Palavras-chave: Reformas empresariais; Qualidade; Avaliação; *Accountability*; Premiação.

Abstract: This text presents part of an ongoing research endeavor and addresses the theme “business-oriented reforms in education”, highlighting the centrality of large-scale evaluation as a synonym for quality, as well as the urgency in institutionally defining and adopting a concept of social and negotiated quality of education, to the detriment of quality as a synonym for good grades on tests. The hegemony of evaluations, accountability actions and awards for schools, students and teachers in a state education network are highlighted. With a qualitative

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), professora da Faculdade de Educação e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus Cáceres, Mato Grosso (MT), Brasil. E-mail: marilda.costa@unemat.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0551479581924651>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3150-3105>.

²Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), professora da Faculdade de Educação e Linguagem da Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus Cáceres, Mato Grosso (MT), Brasil. E-mail: samara.jorge@unemat.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7304670211970977>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8395-340X>.

³Mestranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Cáceres, Mato Grosso (MT), Brasil. E-mail: camara.elda@unemat.com; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6704372564942616>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4905-3937>.

approach, this is bibliographic and documentary study whose data were collected on official websites in the state of Mato Grosso. The results have shown that business-oriented reforms in education, influenced by neoliberal, neotechnic and authoritarian assumptions, produce strong normative and institutional ties that immobilize collective subjects and make actions and propositions of a democratic and progressive nature unfeasible as a counterpoint to the ongoing hegemonic project of capital in education.

Keywords: Business-oriented reforms; Quality; Assessment; Accountability; Awards.

Resumen: El texto es parte de la investigación en curso y aborda la temática "reformas empresariales de la educación", destacando la centralidad de la evaluación a gran escala, como sinónimo de calidad y urgencia en la definición y adopción institucional de un concepto de calidad social y negociada de la educación, en detrimento de la calidad como sinónimo de buenos resultados en las pruebas. Se destaca la hegemonía de las evaluaciones, las acciones de Accountability y las premiaciones de escuelas, estudiantes y profesores en una red estatal de enseñanza. De enfoque cualitativo, se trata de una investigación bibliográfica y documental cuyos datos fueron recogidos en sitios oficiales del estado de Mato Grosso. Los resultados apuntan que las reformas empresariales de la educación, influenciadas por preceptos neoliberales, neotecnicistas y autoritarios, se constituyen en fuertes amarras normativas e institucionales que inmovilizan sujetos colectivos e impiden acciones y proposiciones de cuño democrático y progresista como un contrapunto al proyecto hegemónico del capital en curso en la educación.

Palabras clave: Reformas empresariales; Calidad; Evaluación; Accountability; Premios.

Recebido em: 04 de março de 2024

Aceito em: 03 de junho de 2024

Introdução

A centralidade da avaliação em larga escala na produção e regulação da política educacional emerge nos anos de 1980, no contexto de hegemonia do capitalismo neoliberal financeirizado, desenvolvendo-se desde então e aprofundando-se no tempo presente. Os contornos mais visíveis desse contexto foram delineados pela viragem da natureza e do papel do Estado diante de uma amálgama de conceitos, técnicas, valores, princípios, marketing, linguagem e modelo, típicos da gestão corporativa, para o campo educacional (RAVITCH, 2011).

Vistos como sinônimos de uma pretensa qualidade, os resultados das avaliações (de escolas, estudantes e professores) têm induzido reformas, sob o pretexto de melhorias da eficiência e eficácia do Estado na prestação de serviços públicos, sobretudo os educacionais, ou seja, as justificativas vão da otimização de recursos ao discurso da melhoria da qualidade. No entanto, a pesquisa acadêmica vem mostrando que essas medidas têm levado à ingerência do setor privado (COSTA, 2019), incluindo-se os denominados filantropos capitalistas (SAURA, 2016; BALL;

OLMEDO, 2013), na gestão da escola, no currículo escolar, na organização do trabalho e na carreira do professor, dentre outros fatores, focalizando especialmente os resultados nos testes como indutores da política educacional. São medidas que possibilitam a criação de quase-mercados e diferentes formas de privatização da e na educação, com a captura do fundo público.

Essa perspectiva tem possibilitado a emergência do neotecnicismo em educação (FREITAS, 2011), associado ao referencial teórico metodológico positivista adotado por políticas neoliberais, já que a definição de prioridades educacionais, a formação de agenda, a formulação/produção do texto da política e sua avaliação emergem separadas de sua execução e prescindem da participação social dos diversos sujeitos escolares. Nesse sentido, é possível fazer analogias com a divisão social do trabalho típico do modo fordista de produção, no qual há um lugar privilegiado para os que pensam/formulam, um lugar para os gerentes e outro, notadamente subalterno, destinado aos executores.

Este texto tem por finalidade apresentar e discutir o sistema de avaliação adotado pelo governo de Mato Grosso a partir de 2021 para operacionalizar projetos, políticas, programas e ações do setor privado (incluindo-se organizações não governamentais, empresas, fundações, *think tanks* e filantropos capitalistas) na rede pública estadual de ensino de Mato Grosso. Observa-se que os resultados nos testes têm subsidiado premiações de escolas, professores e estudantes, além de alterarem substancialmente a natureza, os princípios e o papel do setor público estatal em relação à adoção de princípios, ideias, técnicas, marketing e valores típicos da gestão corporativa no campo educacional. Influenciado por sujeitos do setor privado e a eles vinculado, o setor público estatal tem adotado aquilo que Harvey (2007) e Ball (2007) formularam sobre o neoliberalismo como destruição criativa. Órgãos, setores e sujeitos, bem como funções, normas, leis e regulamentos então vigentes, foram revogados, reconfigurados, adulterados e/ou substituídos por um conjunto de normas, regras, leis, regulamentos e organogramas formulados sob outros parâmetros. Tais medidas parecem ter também a função de neutralizar pautas e movimentos progressistas na defesa de uma educação pública com qualidade socialmente referenciada.

1. Reformas empresariais da educação, avaliação em larga escala e resultados como sinônimo de qualidade

A década de 1990 foi marcada pelo ingresso de um grande quantitativo de alunos nas escolas públicas brasileiras. Desde então, as avaliações externas tornaram-se recorrentes no âmbito da educação básica brasileira, utilizadas como processo avaliativo para aferir uma pretensa qualidade da educação ofertada.

As recorrentes avaliações, influenciadas pelos reformadores empresariais da educação, encontram-se cada vez mais presentes nos ambientes escolares. O termo “reformadores empresariais da educação”, bastante utilizado nos Estados Unidos, denota uma aliança entre políticos, empresários, mídias, empresas educacionais, pesquisadores, institutos e fundações privadas que defendem a organização privada como a melhor forma de consertar a educação americana (RAVITCH, 2011). Desse modo, pautada no viés mercadológico, a proposta dos reformadores envolve meritocracia, responsabilização e privatização.

No Brasil, a proposta reformista da educação, segundo Freitas (2012), está cada vez mais presente e requer cuidado para não tornar a educação pública com gestão pública em educação pública não estatal, ou seja, pública para os alunos, mas com gestão privada. Esse alerta faz entender que a responsabilização e a meritocracia servem de apoio para ampliar a privatização do sistema público de educação.

Pautados no termo “qualidade” da educação, utilizado constantemente nos discursos sobre educação, os reformadores empresariais têm gerido a educação via instrumentos de avaliação. Dourado e Oliveira (2009) chamam a atenção para esse conceito por ele envolver várias dimensões, desenvolver-se em contextos históricos diversos, que se alteram ao longo dos anos, conforme as demandas e exigências sociais em curso, e requerer atenção e compreensão do período histórico no qual se insere.

Na educação, como campo de disputas e concepções diferentes, o significado do termo tem sido disputado e voltado para a ideia de qualidade total. Esta era pensada na lógica empresarial defendida pelos reformadores empresariais, e na perspectiva de qualidade social da educação, focada na concepção humanística do estudante, apoiada pelos profissionais da educação. Os resultados da pesquisa de Jorge (2021) apontam que, no Brasil, o debate da qualidade perpassou quatro dimensões desde a Constituição Federal de 1988: 1) oferta insuficiente do ensino; 2) disfunções no fluxo escolar ao longo do ensino fundamental; 3) generalização de sistemas de avaliação baseados em testes/índices padronizados; e 4) construção de uma escola socialmente justa.

O último debate foi apresentado por Libâneo (2016), em defesa da escola com avaliação democrática, formativa, diagnóstica e com gestão democrática, em funcionamento de tempo integral. Assim, em meio a essas mudanças no campo de disputas, o conceito de qualidade da educação, vinculado à medição por meio de programas de avaliação de aprendizagem, vem ganhando força e espaço no campo educacional brasileiro ao ser inserido no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, com a permanência do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador para aferir a qualidade da educação básica. A sua inserção no

planejamento educacional abriu caminho para diversos atores do setor privado para que a qualidade apresentasse soluções e aumentasse o IDEB das escolas, como sinônimo de melhoria da qualidade da educação brasileira.

2. Ferramentas gerenciais, *accountability* e bônus por resultados nas avaliações

A agenda neoliberal, inicialmente adotada por governos conservadores de Thatcher (Inglaterra) e por Reagan (Estados Unidos), na década de 1980, tornou-se mundialmente dominante, com consequências para o mundo do trabalho, o clima, a segurança e o papel do Estado, da administração pública e dos direitos sociais, incluindo-se os educacionais. O feixe de conceitos extraídos do meio empresarial compôs as chamadas reformas do setor público, mais tarde denominadas por Hood (1991) de *new public management* (NPM) e, no Brasil, por Bresser Pereira (1998), de administração pública gerencial. O discurso dominante, adotado por governos de diversos contextos e reforçado pelo Consenso de Washington, no final dos anos de 1980, pavimentou a lógica de uma pseudo-superioridade, economicidade, eficiência e qualidade na prestação de serviços do setor privado, em detrimento da esfera pública. O discurso ideológico neoliberal tentou, com sucesso, acusar a burocracia e os seus profissionais de ineficientes e ineficazes, devido à morosidade na prestação de serviços ao cidadão. De fato, o que estava em jogo eram as políticas sociais e os direitos de cidadania e do Estado benfeitor, que, além de mediar a relação capital / trabalho, regulava preços e ofertava serviços essenciais. Estudos como os de Ball (2001; 2004; 2007), Dale (2004), Chubb e Moe (1990), O' Neill (2011), Smyth (2011), Lima e Afonso (1993; 1995) e Lima (1996), só para citar alguns, realizados em espaços sociais e histórico-culturais onde as mudanças se fizeram sentir, primeiramente apontavam/apontam os impactos da contrarreforma gerencial na área educacional.

Na área educacional, os impactos e as consequências da aplicação de metodologias provenientes da gestão corporativa, típicas das organizações empresariais, são cada vez mais visíveis. Tal como ocorreu nos Estados Unidos, no Brasil e, em especial, neste estudo, esse processo vem acompanhado de forte interferência do setor privado na educação. Grandes fundações, como Lemann e Getúlio Vargas – estas duas diretamente apontadas neste estudo –, vêm promovendo reformas escolares baseadas no modelo de gestão do setor corporativo, sem considerar sua pertinência às instituições de ensino, tal como apontou Ravitch sobre os reformadores americanos (2011). A autora alega que os “reformadores corporativos demonstram sua precária compreensão da educação construindo falsas analogias entre a educação e o mundo empresarial” (p. 13). Associadas às avaliações em larga escala, as ações de *accountability*, entendidas aqui por responsabilização, prestação de contas e premiação com base

em resultados nos testes, vistos como evidências de sucesso das reformas, têm levado a profundas alterações no sentido de educação, currículo, docência, formação e gestão, assim como na própria noção de democracia escolar.

O mecanismo das políticas de *accountability* vêm ganhando terreno, reduzindo o currículo a habilidades básicas em leitura e matemática, associadas a recompensas e punições por meio das avaliações. Schneider (2019, p. 36) afirma que, “na esteira desse debate, as proposições convergem para um novo selo identificador da ação da administração pública: o de cidadão, e ao conceito de equidade na prestação de serviços públicos.” Daí o sentido de as ferramentas gerenciais serem especificamente do setor privado, tendo como cliente o serviço público, em especial, o setor da educação. Segundo Schneider (2019), essas características estão nos paradigmas políticos, nos quais as escolas deixam de ser instituições e se tornam sistema de produção, tendo como tema central a melhoria dos resultados no formato de dados quantitativos; como consequência, institui-se a prestação de contas.

Pensar que o bônus na educação melhora ou não a qualidade do ensino contribui para a melhoria do trabalho docente? É possível afirmar que a lógica da bonificação adotada nas grandes corporações garante um ensino de qualidade? Há divergência na opinião de pesquisadores e educadores. No texto “Dar bônus a professores resolve problemas na Educação?”, publicado na *Revista Nova Escola* (CALÇADE, 2018, p. 5), os educadores declaram que “não houve resultado significativo na qualidade do ensino em seu estado onde atuava como diretor em uma determinada escola”. Outra professora enfatiza que “a valorização do plano de carreira [e] condições mínimas necessárias ao desenvolvimento do processo educativo com vistas à formação integral dos alunos é que são fundamentais para que o ensino cresça com qualidade”. Mesmo que alguns poucos professores entendam que o bônus faz jus ao mérito do trabalho, a sobrecarga de responsabilidade, o esforço além do limite para cumprir metas e a falta de autonomia sufocam e desmotivam um quadro significativo desses profissionais.

As políticas meritocráticas e de bonificações passam uma ideia de merecimento no processo competitivo, ao qual escolas, professores e estudantes são submetidos. Prêmios e punições são a tônica de políticas dessa natureza, com uma faceta ilusória para convencer professores, escolas e estudantes de que as premiações e os incentivos, além de valorizarem os sujeitos e a escola, promovem a qualidade da educação. A questão embutida nesse discurso é que, caso os profissionais e a escola não alcancem as metas, cada vez mais ambiciosas e rígidas, acabarão sendo responsabilizados. Todos os envolvidos com o trabalho docente passam por situações constrangedoras, as quais transmitem a ideia de não comprometimento com a docência e com a gestão escolar, podendo levar a uma campanha de desinformação sobre o

trabalho docente, à desconstrução do regime profissional do professor e até mesmo à destituição de diretores e coordenadores da gestão da escola.

Há também outra questão a ser discutida: como estão sendo promovidos os incentivos para as escolas que já têm uma boa qualidade de ensino, conforme resultados nos testes? Como os profissionais encaram a bonificação, já que o bônus é distribuído de acordo com o alcance das metas? Assim como as escolas com baixa qualidade de ensino, aquelas com maior qualidade de ensino, com base nos resultados obtidos nos testes, também estão no *ranking* de desigualdade.

A pesquisa realizada por Oshiro, Scorzafave e Dorigan (2015) analisa o sistema de bonificação do estado de São Paulo e traz também a questão das escolas que se encontram nos 10% com melhores notas:

Escolas que não cumprem as metas, mas que, nos dois anos anteriores foram classificadas entre as 10% melhores, também recebem uma remuneração. Esse seria um incentivo para escolas boas, cujas metas são difíceis de cumprir, pois as notas já estariam num patamar relativamente elevado. Funcionários das diretorias regionais recebem bônus pela média da região em que atuam (OSHIRO; SCORZAFAVE; DORIGAN, 2015, p. 217).

Claramente, o sistema de bonificação cria situações inadequadas, seja a escola a melhor ou a pior no quesito de notas e qualidade de ensino. Ambas encontram dificuldades de alcançar as metas – uma por já ter chegado ao patamar desejado, e outra porque não consegue chegar à meta estabelecida. Isso ocorre devido a aspectos econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, ambientais, emocionais e familiares conectados entre si, que, acrescidos de outros fatores, como as condições habitacionais, de higiene e de nutrição, interferem na aprendizagem da criança. Ravitch (2011) registra que a bonificação e a responsabilização nas escolas dos Estados Unidos provocaram burla no sistema:

Os mecanismos de premiação com adicionais de salários para os professores pelo bom desempenho dos alunos em testes levaram os professores a desenvolverem formas de burlar os resultados, fragilizando o sistema. Os professores passaram a investir no ensino de truques necessários para os alunos responderem à testagem com êxito, em detrimento de uma formação consistente em todas as áreas do conhecimento (RAVITCH, 2011, p. 12).

A educação escolar, com sua equipe gestora, os professores e os estudantes submetidos à lógica da meritocracia, além de não alcançar as metas ambiciosas colocadas pelos reformadores empresariais, pode também lançar mão de outras prerrogativas para alcançar as

metas e, por conseguinte, melhorias salariais, tais como: incentivo aos alunos com menor desempenho para faltar às aulas no dia dos testes, retirada de estudantes com deficiência e treinamento para os testes, dentre outros fatores já detectados em pesquisas sobre o tema.

3. Sistema estadual de avaliação, *accountability* e bonificação por resultados em Mato Grosso

As reformas empresariais não são recentes na educação pública estadual de Mato Grosso. No entanto, sua intensificação, coincidentemente, ocorreu com a emergência da pandemia de Covid-19, a partir de 2020. Um fato crucial para entender como tais reformas se tornaram hegemônicas a partir do referido ano foi o ressurgimento do Sistema de Avaliação Educacional de Mato Grosso na Alfabetização (Avalia MT), em 2021, denominado Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual de Mato Grosso (ADEPE-MT).

Lançado no Governo de José Pedro Taques (2015 a 2018), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o sistema Avalia MT, com o objetivo de aferir o nível de aprendizagem e proficiência dos estudantes mato-grossenses, coletou dados por meio de quatro avaliações: avaliação do Projeto Político-Pedagógico das escolas; avaliação do desempenho dos profissionais; avaliação da gestão escolar; e, por último, avaliação cognitiva dos alunos. Com investimento inicial de R\$ 3,7 milhões, contemplando 163.214 estudantes, houve alguns ensaios – quase todos frustrados – para tornar a educação pública permeável à ingerência de atores privados.

A ADEPE-MT tem por objetivo produzir informações sobre o aprendizado dos estudantes da rede estadual da Educação Básica. As avaliações realizadas em 2017 e o controle desse sistema encontravam-se sob o domínio e a responsabilidade do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). À época, o sistema Avalia MT estava voltado para a avaliação diagnóstica na alfabetização no Ensino Fundamental da rede pública estadual.

Em 2021, a reestruturação do Avalia MT tinha relação com a adoção de programas do setor privado, sobretudo com a “Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração”, com os municípios de Mato Grosso, localmente chamada de Programa Alfabetiza MT. O Programa foi elaborado pela Fundação Lemann e pelo Instituto Natura, sendo implementado pela Associação Bem Comum, pelo CAEd/UFJF (responsável pelas avaliações) e pelo governo de Mato Grosso. Outro programa era o Sistema Estruturado de Ensino, adquirido por meio do Contrato de Impacto Social (CIS), consórcio formado pela Fundação Getúlio Vargas e pela empresa Dian & Silva Empreendimentos Educacionais Ltda, via consórcio FGV-Dian, adotado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em 2021.

A operacionalização de ambos os programas focaliza os resultados nas avaliações. O Programa Alfabetiza MT, instituído pela Lei nº 11.485, em 28 de julho de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 1.065, em 10 de agosto de 2021, é voltado para alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas das redes públicas estadual e municipal, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. Por meio do Avalia MT, estão organizados os ranqueamentos, nos quais são classificadas as escolas e as turmas, com base nos resultados das avaliações somativas, gerando as premiações por uma das ações, que é o Prêmio Educa MT⁴. O objetivo dessa ação era premiar as escolas da rede pública de ensino do estado de Mato Grosso, que, de acordo com o Índice de Desempenho Educacional do Estado de Mato Grosso na Alfabetização (IDEMT-ALFA), tem três indicadores para cálculos das médias: o primeiro é o fator equidade educacional, seguido da participação na avaliação e terminando com a proficiência média dos estudantes nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. Por fim, gerando os resultados a partir das Avaliações Somativas do Avalia MT, as avaliações externas somativas têm como abordagem a Teoria de Resposta ao Item (TRI), na qual não são levadas em conta as quantidades de itens acertados, mas consideram-se as variáveis dentro de cada questão em relação à sua complexibilidade. De acordo com o Avalia MT (2021), o uso dos resultados dos processos avaliativos, em consonância com a política educacional, deve:

- Apoiar a tomada de decisões.
- Monitorar a prestação de contas dos serviços ofertados.
- Identificar os problemas no âmbito das ações realizadas e (re)significar as ações pedagógicas para a efetividade da aprendizagem dos estudantes.

A política de avaliação do estado de Mato Grosso, por meio da Seduc-MT, prevê a avaliação educacional em três níveis: a avaliação externa, a avaliação institucional e a avaliação interna. Com base nos resultados das avaliações, foi instituído um sistema de premiação de escolas, o Prêmio Educa MT, pela Portaria Nº 784/2022/GS/SEDUC/MT, que dispõe:

sobre os critérios do Prêmio Educa MT, destinado a premiar as escolas da rede pública de ensino de Mato Grosso que obtiverem os melhores resultados de alfabetização, e apoiar aquelas com resultados insatisfatórios, de acordo com o Índice de Desempenho Educacional do Estado de Mato Grosso na Alfabetização (IDEMT-ALFA).

⁴ O Prêmio Educa - MT foi instituído pela Lei nº 11.485, em 28 de julho de 2021, juntamente com o Programa Alfabetiza-MT e Inclusão Digital.

Nessa lógica classificatória, as escolas precisam seguir alguns critérios para chegarem às premiações e receberem o Prêmio Educa MT. No primeiro momento, as escolas das redes municipal e estadual devem ofertar o 2º ano do Ensino Fundamental com, no mínimo, 10 estudantes matriculados e ter participado do Sistema de Avaliação Educacional do Mato Grosso na Alfabetização.

A premiação das escolas dá-se com base em cinco critérios: critério nº 1 - Categorias de Premiação; critério nº 2 - Categoria Prêmio; critério nº 3 - Categoria Apoio Financeiro; critério nº 4 - Desempate entre Unidades Escolares; e critério nº 5 - Cálculo do Prêmio Educa MT. De acordo com o art. 6º do referido Decreto, o Prêmio Educa MT é dividido em quatro categorias, sendo: “I - 03 (três) categorias ‘Prêmio’: Prêmio I, Prêmio II e Prêmio III; II - 01 (uma) categoria ‘Apoio financeiro’”. O art. 7º esclarece os critérios aos quais as escolas devem atender para serem premiadas nas categorias Prêmio I, Prêmio II e Prêmio III.

Segundo o critério nº 2 - Categoria Prêmio, Portaria Nº 784/2022, art. 8º, a premiação das escolas das redes estadual e municipal de ensino será da seguinte forma:

- a) Prêmio I: às 80 (oitenta) escolas que obtiverem os melhores resultados no IDEMT-ALFA;
 - b) Prêmio II: às 10 (dez) escolas com as maiores evoluções no IDEMT-ALFA em relação à edição anterior, que não tenham sido premiadas em outra categoria;
 - c) Prêmio III: às 10 (dez) escolas, com IDEMT-ALFA igual ou superior a 5,0 (cinco), que possuam os menores desvios-padrão entre os resultados individuais dos estudantes em Língua Portuguesa, que não tenham sido premiadas em outra categoria;
- §1º Menção honrosa Top 10: as 10 (dez) escolas que obtiverem os melhores resultados no IDEMT-ALFA, classificadas no Prêmio I, receberão uma menção honrosa, representada por meio de uma placa de reconhecimento ao mérito.
- §2º A ordem da seleção das escolas premiadas obedecerá aos critérios abaixo:
- 1º - Escolas premiadas na categoria Prêmio III
 - 2º - Escolas premiadas na categoria Prêmio II
 - 3º - Escolas premiadas na categoria Prêmio I (Portaria Nº 784/2022)

Já a categoria Apoio Financeiro está prevista no art. 9º, com a seguinte redação: “O incentivo da categoria Apoio financeiro será concedido às 100 (cem) escolas da rede pública do Estado de Mato Grosso que apresentarem os resultados menos satisfatórios no IDEMT - ALFA”.

Com base nos resultados da avaliação somativa, realizada no mês de novembro de cada ano, e em atenção aos critérios previstos na Portaria acima, a partir de 2021, o governo de Mato Grosso passou a realizar seminários de premiação no mês de junho do ano subsequente ao das avaliações. O art. 11 da Lei nº 11.485, de 29 de julho de 2021, apresenta o valor do incentivo a ser distribuído anualmente, compreendendo o montante de “R\$ 8.250.000,00 (oito

milhões e duzentos e cinquenta mil reais) dos quais R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) destinados para fins de premiação e R\$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil reais) destinados para apoio financeiro”. O primeiro seminário foi realizado em 2021, distribuiu prêmios a 100 escolas e apoio financeiro a 80 escolas com resultados insatisfatórios nas avaliações. O segundo seminário de premiação teve lugar em 16 de março de 2022 e distribuiu prêmios a 100 escolas com melhores resultados e apoio financeiro a 100 escolas com resultados insatisfatórios. O seminário de premiação de 2024 será realizado em junho e tem por base a classificação das escolas nas avaliações do 2º ano do Ensino Fundamental, realizadas em 2023.

Além da premiação de escolas conforme o desempenho dos estudantes nas avaliações, o governo de Mato Grosso ainda instituiu o prêmio “Oscar do Professor Alfabetizador”, com menção honrosa. Esse professor passa por processo seletivo, considerando-se a turma do ano da avaliação somativa, de acordo com os seguintes parâmetros: a turma deve ter, no mínimo, 10 alunos, sendo que 80% devem ter participado da avaliação somativa, calculando-se o Índice de Aprendizagem com Equidade (IAEq) para cada professor alfabetizador. Para recebimento da menção honrosa, são classificados um professor por município, um professor por regional DRE e um professor por estado. Este último recebe, além da menção honrosa, uma visita ao município de Sobral (CE).

Além da avaliação somativa, o Avalia MT é composto pelas seguintes avaliações: Formativa Diagnóstica, Formativa Processual, Somativa e Fluência em Leitura. A avaliação de fluência é dividida em três momentos: avaliação de entrada, avaliação formativa e avaliação somativa; a elaboração, a logística e a análise de dados estão sob os cuidados dos docentes pesquisadores da Fundação Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria também com a Associação Bem Comum (ABC).

Quanto ao Contrato de Impacto Social, a evolução do pagamento ao consórcio FGV-Dian é realizado com base no desempenho dos estudantes nos testes. As avaliações também são feitas pelo CAEd-UFJF e abrangem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. As avaliações externas aplicadas na rede estadual foram encaminhadas à equipe técnica da FGV DGPE – Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais, que apresentou as escolas pela Plataforma Plurall. Cada unidade escolar tem um representante com acesso a todos os dados por turma e disciplina e ao relatório geral dos alunos que participam das avaliações externas.

Vinculado ao Sistema Estruturado de Ensino do consórcio FGV-Dian, o prêmio Estudante Nota Dez foi estabelecido pela Lei Estadual nº 12.010/2023, pelo Decreto Estadual

nº 391, de 8 de agosto de 2023, e pela Portaria nº 1.514/2023/SAGE/SEDUC/MT. O prêmio é destinado a estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede pública de ensino de Mato Grosso. De acordo com o art. 3º, seriam premiados os estudantes, por unidade escolar, que obtivessem o melhor desempenho na avaliação formativa de saída realizada pelo Sistema Estruturado de Ensino, programada para o mês de novembro de 2023. Para a premiação, foram destinados 5,6 milhões para os estudantes mais bem avaliados. Obedecendo a uma escala organizada por etapas – etapa escolar, etapa regional e etapa estadual –, os prêmios vão desde fones de ouvido, *tablet* e celular *smartphone* até R\$ 5.000,00 para cada um dos 14 estudantes classificados por região.

Recentemente, o governo do estado, por meio do Contrato 137/2023, publicado no D.O.E de 2 de janeiro de 2024, contratou a empresa Centro Sul Distribuidora Ltda, tendo como objeto a prestação de serviço de mensagens de texto via WhatsApp e de Relatório, demonstrando a entrega das mensagens. A finalidade era dar conhecimento e parabenizar os pais e responsáveis dos alunos premiados na Premiação Estudante Nota Dez-2023, com o prazo de vigência de três meses. Esse contrato custou aos cofres públicos R\$ 26.400,00, sem exigibilidade de licitação.

Conclusões

O presente artigo trouxe dados parciais de uma pesquisa em andamento, tendo como alvo apresentar e discutir o sistema de avaliação adotado pelo governo de Mato Grosso, a partir de 2021, por meio de ações envolvendo premiações, ranqueamentos, bonificação e privatização da educação. As medidas adotadas nos últimos anos marcam a presença massiva de reformadores empresariais da educação na agenda educacional do estado. Para atender à lógica empresarial na educação, o Sistema Estadual de Avaliação - Avalia MT, cujo modelo de avaliação tinha por objetivo, inicialmente, elaborar o diagnóstico da realidade educacional mato-grossense, passou por reformulação em 2021, e os resultados nos testes servem também para promover a premiação das escolas e dos alunos com melhores notas. Escolas e estudantes com menores resultados nas avaliações, ou seja, que não atingem o IDEMT, recebem apoio financeiro do governo e orientações pedagógicas das escolas premiadas, com base nas “boas práticas” destas escolas.

Esse contexto indica medidas gerenciais na educação, acentuando-se ações de *accountability* nas redes públicas de ensino e, conseqüentemente, maior ingerência do setor privado na educação. Observou-se que o Prêmio Educa MT, o Prêmio Estudante Nota Dez e

o Prêmio Oscar do Professor Alfabetizador, associados às avaliações, são instrumentalizados para servir de estímulo à melhoria de uma pretensa qualidade da educação. Tais medidas gerenciais precisam ser melhor investigadas ao longo dos próximos anos – até para confirmar ou refutar a hipótese de que podem afetar seriamente a busca por uma educação de qualidade socialmente referenciada, a saber, uma qualidade que objetive e promova a ampliação do direito à educação e a melhoria do ensino ofertado, levando em conta a valorização profissional e o nível socioeconômico e cultural do aluno.

Constata-se, também, que as reformas empresariais da educação, influenciadas por preceitos neoliberais, neotecnistas e autoritários, se constituem em fortes amarras normativas e institucionais que imobilizam sujeitos coletivos e inviabilizam ações e proposições de cunho democrático e progressista como contraponto ao projeto hegemônico do capital em curso na educação.

Essas medidas adotadas carecem de investigação e reflexão por fazerem parte do objetivo governamental estadual de colocar Mato Grosso entre os 10 estados com os melhores resultados no IDEB até 2026 e entre os cinco melhores até 2032, como descrito no Decreto nº 1.497, assinado em 10 de outubro de 2022, ao ser lançado o Programa Educação.

Referências

BALL, S. J. diretrizes Políticas Globais e relações Políticas Locais em Educação. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, p.99-116, Jul/dez 2001.

BALL, S. J. *Education plc. Understanding private sector participation in public sector education*. Routledge, London: 2007.

BALL, S. J. Performatividade, Privatização e Pós-Estado do Bem-Estar. *Educ. Soc., Campinas*, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./dez. 2004.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A `nova` filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. in.: PERONI, Vera Maria V. (org.). *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação*. Brasília: Liber Livro, p. 33-47, 2013.

BRESSER PEREIRA, L. C. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. São Paulo, Lua Nova, 1998. nº 45, p.49-95.

CALÇADE, P. Dar bônus a professores resolve problemas na Educação? ". *Revista Nova Escola*, publicado em 08 de agosto de 2018, p.05. Available at: <https://novaescola.org.br/entrar?voltar=/conteudo/12235/dar-bonus-a-professores-garante-uma-educacao-melhor>. Accessed on January 12, 2024.

CASASSUS, J. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda de qualidade e a segmentação social. Sísifo, *Revista de Ciências da Educação*, n. 09, p. 71-78, 2009.

CHUBB, John E.; MOE, Terry M. *Politics Markets & America's Schools*. Washington, d.C: The Brookings institution, 1990.

COSTA, M. de O. Contrarreformas, Nova Gestão Pública e relações público-privadas: mapeando conceitos, tendências e influências na educação. *RBP AE* - v. 35, n. 1, p. 159 - 179, jan./abr. 2019.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 87, p.423-460, May/Aug. 2004.

FREITAS, L. C. *Responsabilização, meritocracia e privatização*: conseguimos escapar ao neotecnicismo? Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, February 2011. Available at: www.cedes.unicamp.br.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 119, v. 33, p. 2012. Available at: <https://www.scielo.br/j/es/a/PMP4Lw4BRRX4k8q9W7xKxVy/>. Accessed on: January 18, 2024.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. ©*INTERFACEHS* – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente - v.2, n.4, Translation, Aug. 2007.

HOOD, C. A Public Management for all Seasons? *Public Administration*, v. 69, p.3-19, Spring 1991.

LIBÂNEO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. *Cadernos de pesquisa*, n. 159, v. 46, jan./mar. 2016.

LIMA, L. C. O paradigma da educação contábil políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal. *Revista Brasileira de Educação*. n.4, p. 43-59, Jan/Fev/Mar/Abr, 1997.

LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. The Promised Land: school autonomy, evaluation and curriculum decision making in Portugal. *Educational Review*, v. 47, n. 2, 1995.

LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. A emergência de políticas de racionalização, de avaliação e de controle da qualidade na reforma educativa em Portugal. *Educação & Sociedade*. Ano XIV. n. 44, p. 33-49, Abril. 1993.

MATO GROSSO. Lei nº 11.485, de 28 de julho de 2021. Programa Alfabetiza MT, o Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital. *Diário oficial do Estado*, Nº 58.052, p.2.

MATO GROSSO. Decreto nº 1.065 de 10 de agosto de 2021. Regulamenta a lei de aprovação do Programa Alfabetiza MT, o Prêmio Educa MT e a Inclusão Digital. *Diário oficial do Estado*, nº 28.640, de 13 de dezembro de 2023, p. 63

MATO GROSSO. Decreto nº 1.947, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre o Programa Educação - 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. *Diário oficial do Estado*.

MATO GROSSO. Decreto nº391, de 08 de agosto de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 12.010, de 13 de janeiro de 2023, que institui o Prêmio Estudante Nota Dez para alunos da rede estadual de ensino de Mato Grosso. *Diário oficial do Estado*, nº 28.619, 09/11/2023, p. 35

MATO GROSSO. Portaria nº 784, de 21 de outubro de 2022. Dispõe sobre os critérios do Prêmio Educa MT, destinado a premiar as escolas da rede pública de ensino de Mato Grosso que obtiverem os melhores resultados de alfabetização, e apoiar aquelas com resultados insatisfatórios, de acordo com o Índice de Desempenho Educacional do Estado de Mato Grosso na Alfabetização (IDEMT-ALFA). *Diário Oficial do Estado*, nº 28.361, de 27 de outubro de 2022, p. 23.

MATO GROSSO. Portaria nº 1.514, de 09 de novembro de 2023. Dispõe sobre A Premiação Estudante Nota Dez para os alunos da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso, do ano letivo 2023. *Diário oficial do Estado*, nº 28.619, de 09 de novembro de 2023, p. 35.

MATO GROSSO. Lei Estadual nº 12. 010, de 13 de janeiro de 2023. Dispõe sobre a regulamentação da Lei Estadual nº 12.010, de 13 de janeiro de 2023, que institui o Prêmio Estudante Nota Dez para alunos da rede estadual de ensino de Mato Grosso. *Diário oficial do Estado* nº 28.559, de 09 de agosto de 2023, p.01.

O'NEILL, J. The privatization of public schooling in New Zealand. *Journal of Education Policy*. v. 26, n. 1, p. 17-31, January 2011.

OSHIRO, C. H.; SCORZAFAVE, L. G.; DORIGAN, T. A. Impacto Sobre o Desempenho Escolar do Pagamento de Bônus aos Docentes do Ensino Fundamental do Estado de São Paulo, *RBE*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 69, p. 213–249, April/June. 2015.

RAVITCH, D. *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano – como os Testes Padronizados e o Modelo de Mercado Ameaçam a Educação*. Trad. Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAURA, G. Neoliberalización filantrópica y nuevas formas de privatización educativa: La red global Teach For All en España. *Revista de la Asociación de Sociología de la Educación* 1, n. 2, v. 9, p. 248-264. 2016.

SMYTH, J. The disaster of the “self-managing school” – Genesis, trajectory, undisclosed agenda, and effects. *Journal of Education Administration and History*, v. 43, n.2, p.95-117, 2011.

SCHNEIDER, M. P.; NARDI, E. L. *Políticas de accountability em educação: perspectivas sobre avaliação, prestação de contas e responsabilização*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2019.120 p. ISBN:978-85-419-0270-0.